GSH CORP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ n.º 08.397.078/0001-01

NIRE 33300339779

Companhia Aberta – Categoria “A”

FATO RELEVANTE

A GSH Corp Participações S.A. (“Companhia” ou “GSH”) vem, pela presente, em resposta ao Ofício nº 115/2023/CVM/SEP/GEA-2, abaixo transcrito, republicar o Fato Relevante divulgado em 3 de abril de 2023.

“Ofício nº 115/2023/CVM/SEP/GEA-2

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2023.

Ao Senhor

Marcos Aurélio Faccioli

Diretor de Relações com Investidores da

GSH CORP Participações S.A.

E-mail: ri@gshcorp.com.br

C/C: **Superintendência de Listagem e Supervisão de Emissores da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão**

E-mails: emissores@b3.com.br; ana.pereira@b3.com.br; ana.zane@b3.com.br

Assunto: **Republicação de Fato Relevante.**

Senhor,

1. Reportamo-nos ao Fato Relevante divulgado por meio do Sistema Empresas.NET em 03/04/2023 no qual foi informado que a Companhia "que celebrou, nesta data, após aprovação de seu Conselho de Administração, o Acordo de Investimentos e Outras Avenças com a R2IBF Participações S.A. (“R2IBF”) e seus Acionistas, por meio do qual acordaram os termos e condições de uma operação entre suas subsidiárias voltadas ao segmento de medicina nuclear - MJM Produtos Farmacêuticos e de Radioproteção S.A (“MJM”) e RPH Radiofarmacia Centralizada Ltda (“RPH”) - e a R2IBF e seus acionistas ”.

3. A respeito, verificamos que, no referido documento, não foram apresentadas as informações sobre o preço e a forma de pagamento do mencionado "Acordo de Investimentos" (aparentemente, se trata de aquisição de ativo realizada por meio de subsidiária da Companhia, o que também deverá ser objeto de um aprimoramento da divulgação).

4. Sobre o assunto, ressaltamos o disposto nos artigos 15 e 18 da Resolução CVM nº 80/22:

Art. 15. O emissor deve divulgar informações verdadeiras, completas, consistentes e que não induzam o investidor a erro.

[...]

Art. 18. As informações fornecidas pelo emissor devem ser úteis à avaliação dos valores mobiliários por ele emitidos. (grifos nossos)

5. Cumpre-nos observar que o regimento do mercado de capitais brasileiro elege como um de seus princípios fundamentais o full and fair disclosure, por meio de sua inserção na lei que norteia o mercado de valores mobiliários (artigos 4º, VI, e 22, § 1º, da Lei nº 6.385/76) e naquela que dispõe sobre as companhias (artigo 157 da Lei nº 6.404/76). O princípio em questão tem como resultado o dever das companhias abertas de divulgar, de forma abrangente e equitativa, um amplo conjunto de informações completas e precisas sobre as atividades sociais a elas relativas.

6. Os princípios e regras explícitos ou implícitos nas normas que regem a matéria são fundamentais ao bom funcionamento do mercado de valores mobiliários, na medida em que buscam assegurar a equitatividade nas relações entre os seus participantes. Pretende-se, com o fato relevante ou comunicado ao mercado, garantir a confiabilidade do mercado, de uma forma que todo o mercado deve ter a mesma informação e, ao mesmo tempo, essa informação deve representar a

informação necessária e disponível para que se tome uma decisão de investimento.

7. Nos casos excepcionais em que haja um interesse social legítimo a justificar o sigilo, é possível que administração da companhia aberta deixe temporariamente de divulgar fato relevante sobre determinado ato ou fato negocial, como exceção à divulgação imediata prevista no § 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404/76 e no artigo 6º da Resolução CVM nº 44/21.

8. Entretanto, no momento que a administração decida pela divulgação de aquisição de outra companhia (ou de participação societária em outra companhia), seja por meio de fato relevante ou de comunicado ao mercado, deve fazer constar do documento divulgado as informações relevantes disponíveis que permitam a compreensão do negócio pelo público a que se destina a informação, o que inclui as principais condições do negócio (preço, forma de pagamento, etc.), além de informações financeiras (receita, EBITDA, lucro, etc.) e/ou operacionais do negócio adquirido, de forma a atender aos requisitos previstos nos artigos 15 e 18 da Resolução CVM nº 80/22.

9. É importante destacar ainda que o preço de aquisição de um negócio — seja aplicável ou não o disposto no artigo 256 da Lei nº 6.404/76 — é uma das informações que devem constar das demonstrações financeiras divulgadas a cada trimestre pelas companhias, de modo que não se trata de uma informação que possa ser mantida em sigilo, conforme estabelece o Pronunciamento Contábil CPC nº 15 (R1) – Combinação de Negócios: Reconhecimento

10. A partir da data de aquisição, o adquirente deve reconhecer, separadamente do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e quaisquer participações de não controladores na adquirida. O reconhecimento de ativos identificáveis adquiridos e de passivos assumidos está sujeito às condições especificadas nos itens 11 e 12.

[...]

Contraprestação transferida em troca do controle da adquirida

37. A contraprestação transferida em troca do controle da adquirida em combinação de negócios deve ser mensurada pelo seu valor justo, o qual deve ser calculado pela soma dos valores justos na data da aquisição: a) dos ativos transferidos pelo adquirente; b) dos passivos incorridos pelo adquirente junto aos ex-proprietários da adquirida; e c) das participações societárias emitidas pelo adquirente. (Contudo, qualquer parcela de plano de benefício com pagamento baseado em ações do adquirente trocada por plano de benefício com pagamento baseado em ações da adquirida em poder dos seus empregados e incluída no cômputo da contraprestação transferida na combinação de negócios deve ser mensurada de acordo com o item 30 e não pelo seu valor justo). Exemplos de formas potenciais de contraprestação transferida incluem caixa, outros ativos, um negócio ou uma controlada do adquirente, uma contraprestação contingente, ações ordinárias, ações preferenciais, quotas de capital, opções, opções não padronizadas - warrants, bônus de subscrição e participações em entidades de mútuo (associações, cooperativas etc.).

10. Isto posto, **requeremos** que a Companhia providencie a republicação do Fato Relevante divulgado em 03/04/2023, deixando claro como se deu a operação e o papel de cada uma das entidades envolvidas, acrescido (se confirmado que se trata de aquisição de participação societária) das informações a respeito dos valores envolvidos na transação e formas de pagamento, além de informações financeiras (receita, EBITDA, lucro, etc.) e/ou operacionais do negócio adquirido, (o qual deverá incluir cópia deste Ofício), bem como orientamos V.Sª e a Companhia para que passe a observar as disposições regulamentares acerca da divulgação de informações, conforme determinadas pela Resolução CVM nº 44/21 e pela Resolução CVM nº 80/22.

11. De ordem da Superintendência de Relações com Empresas – SEP, alertamos que caberá a esta autoridade administrativa, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no inciso II, do art. 9º, da Lei nº 6.385/76, e no art. 7º, combinado com o art. 8º, da Resolução CVM nº 47/21, determinar a aplicação de multa cominatória, sem prejuízo de outras sanções administrativas, no valor de R\$

1.000,00 (mil reais), pelo não cumprimento das exigências formuladas, até o dia 10 de abril de 2023. Atenciosamente,”

FATO RELEVANTE

A GSH Corp anuncia celebração de acordo de investimento

A GSH Corp Participações S.A. (“Companhia” ou “GSH”), em cumprimento às normas vigentes, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou, no dia 31 de março de 2023, após aprovação de seu Conselho de Administração, o Acordo de Investimentos e Outras Avenças com a R2IBF Participações S.A. (“R2IBF”) e seus Acionistas, por meio do qual acordaram os termos e condições de uma operação entre suas subsidiárias voltadas ao segmento de medicina nuclear - MJM Produtos Farmacêuticos e de Radioproteção S.A (“MJM”) e RPH Radiofarmacia Centralizada Ltda (“RPH”) - e a R2IBF e seus acionistas (“Operação”).

A R2IBF é uma importante fornecedora de radiofármacos para a Medicina Nuclear no Brasil e conta, atualmente, com três plantas estrategicamente localizadas nas cidades de São José do Rio Preto/SP, Duque de Caxias/RJ e em Curitiba/PR. A R2IBF registrou em 2022 uma Receita Bruta de R\$74,2 milhões e R\$24,7 milhões de Ebitda.

A concretização da Operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes comumente praticadas pelo mercado nesse tipo de transação em especial a sua submissão ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica- CADE.

A Operação consiste no aporte, pela GSH, ao capital social da R2IBF (i) da totalidade das participações societárias de suas subsidiárias voltadas ao segmento de medicina nuclear (MJM e RPH); e (ii) do valor adicional de R\$5 milhões de reais, passando a GSH a ser titular da maioria das ações da R2IBF e, com isso, aumentando o portfólio de produtos e serviços oferecidos no segmento de medicina nuclear.

Uma vez implementada a Operação, entrará em vigor um acordo de acionistas, a ser celebrado entre a GSH e os atuais acionistas da R2IBF, o qual regulará o exercício dos direitos políticos e patrimoniais na qualidade de acionistas da R2IBF.

A Companhia manterá seus respectivos acionistas e o mercado informados sobre fatos relevantes subsequentes relacionados à Operação, na forma da lei e da regulamentação da CVM.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023

Marcos Aurélio Faccioli
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores